



O Sr. Arquimedes Lima, ao centro, falando à reportagem

DESAFIO AO SERTANISTA

A resposta do presidente da Fundação Brasil Central ao Sr. Orlando Villas Boas — Um agitador comunista agindo no Serviço de Proteção aos Índios

FALSA, e mentirosa, destituída de qualquer fundamento a afirmativa de que o referido meu irmão estaria requerendo, sobrevoando e vendendo terras no Xingú — declarou, em entrevista coletiva à imprensa, o presidente da Fundação Brasil Central, Sr. Arquimedes Lima, respondendo às acusações que fizera, em entrevista a O GLOBO, o conhecido sertanista Orlando Villas Boas.

O Sr. Arquimedes Lima, que frisou mais de uma vez considerar os representantes da imprensa como formando um verdadeiro "tribunal de honra", prosseguiu em suas afirmativas:

— Se o meu acusador conseguir provar que o meu irmão Afci Pereira Lima, por ele citado, possui um só requerimento de terras, seu ou como procurador de terceiros, no Xingú, ou em qualquer zona do Brasil Central onde a Fundação tem atuação e interesses, demito-me do cargo que ocupo, de presidente da Fundação Brasil Central, rasgo meu diploma de suplente de deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro a que pertencio, renuncio, definitivamente, à vida pública, como indigno da confiança que até aqui mereci das pessoas citadas. Mas o meu acusador não fará, infelizmente para ele, essa prova que seria facilíssima — bastando uma certidão do Departamento de Terras de Mato Grosso — e vai responder, perante a Justiça, de acordo com o Código Penal, pelas caluniosas acusações.

O presidente da Fundação Brasil Central examinou as declarações do Sr. Orlando Villas Boas sobre as verbas da Fundação. O sertanista afirmou a O GLOBO que o estado atual da F. B. C. "não resiste a um inquerito". Depois de dizer que "seria incrível que eu, estivesse cometendo os deslizes e os crimes de que sou acusado numa instituição que, além de um presidente também possui um Conselho Diretor e uma Junta de Controle", o Sr. Arquimedes Lima falou:

— Vamos aos fatos concretos citados pelo desabusado acusador: diz ele que malbaratei a verba conseguida pelo meu antecessor, de Cr\$ 23.000.000,00, resultante do crédito especial aberto pela lei nº 1.111, de 25 de maio de 1950, e destinado a pagamento de dívidas da Fundação, "manutenção dos seus serviços, prosseguimento dos trabalhos de penetração do Xingú ao Tapajós, abertura da rota Rio-Manaus, exploração e povoamento das regiões do "Brasil Central", e que estou em dificuldades para prestar contas da mesma. Já foi encaminhada ao Sr. presidente da República, como determinam nossos Estatutos, e ao Tribunal a prestação de contas da referida verba, examinada e aprovada antes, conforme ainda dispositivo estatutário, pela Junta de Controle e pelo Conselho Diretor da Fundação Brasil Central. A referida verba foi gasta da seguinte maneira: pela administração anterior, Cr\$ 16.873.106,50, pela minha administração Cr\$ 6.126.893,00. Na administração anterior foram pa-

gos: ao Banco do Brasil (liquidação de empréstimos e juros) Cr\$ 12.887.323,00; pagamento de faturas e compromissos de exercícios anteriores, Cr\$ 1.974.391,70; pagamento à firma J. Isnard & Cia. 1.375.000,00; despesas judiciais, custas e honorários de advogado na questão Isnard, Cr\$ 636.391,00. Na minha administração foram pagos: despesas com a construção do campo do Alto Tapajós e aquisição de material, sendo parte na administração anterior, Cr\$ 1.312.309,20; material adquirido e em estoque naquele campo, conforme inventário, Cr\$ 1.326.549,50; aquisição de três aviões, Cr\$ 812.750,00; despesas com abertura e conservação de estradas, pontes e campos de pouso, Cr\$ 2.675.248,80.

Toda a documentação referente à aplicação da referida verba de Cr\$ 23.000.000,00 que encontramos com um saldo, como ficou dito, de apenas Cr\$ 6.126.893,50, está no Departamento de Contabilidade da Fundação, à disposição do Tribunal de Contas ou de quem de direito. A última — na ordem em que elas foram articuladas — das infâmias assacadas contra nós refere-se a "aquisição de trilhos que desapareceram e viraram mistério", segundo o título apostado pelo jornal que veiculou a entrevista caluniosa. Cerca de Cr\$ 3.800.000,00 da verba do Plano Salte teriam sido gastos na compra de material ferroviário destinado à E.F. Tocantins que não teria sido recebido. Trata-se de mais uma torpe calúnia: o material foi adquirido após tomada de preços junto a firmas especializadas, já que a Usina Siderúrgica de Volta Redonda declarou não poder fornecê-lo: foi todo ele recebido, estando parte já em Belem, parte em viagem, embarcado no navio "Santa Rosa", que deixou o porto desta Capital no dia 16 de agosto de 1952, e parte no Cais do Porto (Armazens 13 e 17), aguardando praça para embarque.

Finalizando, o presidente da Fundação Brasil Central referiu-se às declarações do general Rondon a O GLOBO, no sentido de que interesses comerciais estariam ocasionando o atual atrito entre os pontos de vista da Fundação e o Serviço de Proteção aos Índios.

— Estou de acordo, em parte com o meu eminente conterrâneo em que seriam interesses comerciais a causa de tudo. Mas estes devem ser localizados em qualquer ponto, menos na Fundação Brasil Central, entidade do governo federal que pelos seus estatutos não tem finalidades, nem preocupações comerciais.

O Sr. Arquimedes Lima acredita que tais interesses estariam dentro do grupo que "há cinco anos instalou o seu quartel-general no Serviço de Proteção aos Índios, sob a chefia de conhecido agitador comunista" e que seria responsável pela malquerença entre a Fundação e aquele Serviço.

Interpelado sobre quem era o "conhecido agitador comunista", respondeu — o Dr. Noel Nutels,